

## Valor Econômico – 30/10/2007

### Carga tributária é o grande problema

Vilma Pavani, para o Valor

A batalha é intensa: de um lado, o governo e sua necessidade de arrecadação; de outro, os representantes do setor de energia elétrica, lutando pela redução da carga tributária que, segundo eles, está onerando desnecessariamente os consumidores (industriais e residenciais) e provocando perda de competitividade do país. Por ora, a força está com o governo, que embora venha dialogando com os empresários, ainda faz pouco para amenizar os tributos e encargos setoriais que recaem sobre o preço da tarifa de energia elétrica.

Segundo estudo da PricewaterhouseCoopers para o Instituto, em 2005, para o **Acende Brasil** (a amostragem representa aproximadamente 70% do setor), foram recolhidos R\$ 35,2 bilhões em tributos e encargos setoriais. O estudo, que está sendo atualizado, revela que esse volume passou a R\$ 39,3 bilhões em 2006. No ano passado, os tributos e encargos, que representaram, em 2005, 43,7% da receita bruta do setor elétrico, passaram para cerca de 47%. Algumas entidades trabalhavam com a projeção de 51%, mas essa previsão considerava a unificação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 25%, como proposto nos Projetos de Emenda Constitucional 255/04 e 285/04, e a regulamentação de

dispositivo já constitucionalizado pela Emenda Constitucional nº 42/2003, que prevê a alteração da forma de cobrança da contribuição social, o que ainda não ocorreu.

Gileno Barreto, gerente sênior do grupo de energia da consultoria, diz que a razão principal dessa alta se deve à cobrança de ICMS. Segundo dados do Confaz, o recolhimento do tributo passou de R\$ 19,3 bilhões em 2005 para R\$ 20,8 bilhões em 2006. "Isso ocorreu porque alguns Estados promoveram aumento das alíquotas", diz Barreto. Também contribuiu o aumento da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), que representava 2,96% do total de encargos em 2005 e subiu para 4,95% em 2006, conforme dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Barreto destaca que esses números têm impacto negativo na competitividade brasileira. "O governo federal até que está fazendo sua parte, desonerando os investimentos para compra de máquinas e equipamentos. Mas os Estados anulam esse efeito, pois tributam fortemente esses itens, por meio do PIS e da Confins."

Atualmente há 13 encargos sobre a energia elétrica, com diferentes impactos no custo da energia, e outros tantos tributos. São tantas as siglas que os representantes do setor se referem a elas como "sopa de letrinhas" (entre as quais constam CCC, Reserva Global de Reversão (RGR), Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE), Encargo de Capacidade Emergencial (ECE), Conta de Desenvolvimento Energéticos (CDE), Contribuição ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), Imposto de Renda (IR),

Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), ICMS, Imposto sobre Serviços (ISS), Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e Cofins. Dez encargos foram criados a partir de 1996 - e, segundo os representantes do setor, enquanto não houver uma redução de tributos será impossível falar em tarifas mais módicas e os produtos nacionais continuarão perdendo espaço para a concorrência internacional.

"Tivemos alguns avanços nas negociações com o governo, mas ainda insuficientes para estimular os investimentos e melhorar a competitividade", afirma Antônio Inácio Sousa, vice-presidente executivo da Associação Brasileira Grandes Consumidores Industriais e Consumidores Livres (Abrace). Segundo ele, nas peregrinações pelos ministérios, comissões e órgãos vinculados ao setor, houve compreensão e até sinalização positiva em relação a alguns pleitos, mas as soluções são demoradas. "Enquanto isso, a carga tributária do setor elétrico brasileiro continua uma das maiores do mundo, se não a maior", diz Sousa, superando países como Áustria, Noruega, Itália, França, Reino Unido e Estados Unidos.

A Abrace, junto com outras entidades representativas dos consumidores industriais, como Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrate), Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), **Acende Brasil**, Fundação Coge, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e outras, vêm discutindo, em seminários e congressos, a situação do setor eletrointensivo no Brasil e insistem na tecla da redução dos tributos. **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**, entende que a única maneira de "obrigar" o governo a tomar medidas em relação aos tributos e encargos e a implementar mais rapidamente projetos que elevem o fornecimento de energia elétrica é mobilizar a sociedade.